

“Imagem de nós”: relações de estabelecidos e *outsiders*
entre a população urbana e os assentados de reforma
agrária do sul do Espírito Santo

Roseni Aparecida de Moura¹

José Ambrósio Ferreira Neto²

Sheila Maria Doula³

João Luiz Lani⁴

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a interação entre população urbana e assentados de reforma agrária, tomando como foco empírico a realidade de doze

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista Capes. Correspondência: Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: roseamoura@yahoo.com.br

² Professor Associado I do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Correspondência: Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: ambrosio@ufv.br

³ Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Correspondência: Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: sheila@ufv.br

⁴ Professor do Departamento de Solos da Universidade Federal de Viçosa. Correspondência: Departamento de Solos Universidade Federal de Viçosa, 36571-000. Viçosa-MG. Endereço eletrônico: lani@ufv.br

projetos de assentamentos em sete municípios no sul do Estado do Espírito Santo. O trabalho utiliza as ideias e concepções de Norbert Elias sobre os estabelecidos e outsiders, como ponto central para a discussão. Os principais resultados da pesquisa identificaram que existe um conflito na relação entre a população urbana e os assentados de reforma agrária, principalmente na atribuição de fatores anômicos pela população urbana aos assentados. O discurso com viés positivo somente é oferecido por esta, quando realoca os beneficiários do programa da condição de sem terra para a de produtores rurais. Os beneficiários dos projetos, por sua vez, empregam esforços para sair da condição de outsiders, retratando aspectos positivos da condição de assentados, que os colocam como produtores rurais ao invés de sem-terra.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Assentamentos Rurais, Identidade.

Abstract

This article aims to analyze the interaction between urban population and land reform settlers, taking as empirical focus the reality of twelve settlement projects in seven municipalities in the southern state of Espírito Santo. This paper uses Norbert Elias' ideas and concepts about the established and outsiders, as the main point for discussing. The main results of the research identified that there is a conflict in the relationship between urban population and land reform settlers, especially in attributing anomic factors to the settlers done by urban population. The speech with a positive bias is only offered by the urban population when the beneficiaries of the program are moved from the landless to the condition of farmers. The beneficiaries of the projects, in turn, make efforts to leave the condition of outsiders, describing positive aspects of being settlers that puts them as farmers instead of landless.

Keywords: Land Reform, Rural Settlements, Identity.

Introdução

A relação existente entre assentados de reforma agrária e população urbana dos municípios onde esses projetos estão localizados oferece uma analogia verbalizada e, sobretudo, uma oportunidade de comparação da figuração “estabelecidos e *outsiders*” trabalhada por Elias em sua obra

“Os estabelecidos e os *outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”.

Nessa obra, Elias faz um estudo sobre uma pequena comunidade que tinha por núcleo um bairro relativamente antigo e, ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente. No plano local, esse bairro específico era tido como uma zona de delinquência, de baixo nível, embora não possuísse diferenças de nacionalidade, ascendência étnica ou cor da pele. O que basicamente diferenciava os dois grupos era o tempo de residência no local. O quadro apresentado por essa comunidade acaba por fortalecer as relações de poder e de *status* e as tensões que lhes estão associadas, fixando, como consequência, os rótulos de inferioridade a um dos grupos.

A possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade é uma figuração específica da relação “estabelecidos e *outsiders*”. Assim, a teoria figuracional apresentada por Nobeit Elias se sustenta nas relações de interdependência e equilíbrio de poder entre dois grupos, sendo essa a precondição decisiva para a estigmatização de um grupo de “*outsiders*” por um grupo “estabelecido”. Nesta perspectiva, um grupo estigmatiza o outro quando está bem instalado em posições de poder das quais um deles é excluído.

Nos argumentos de Elias (2000), a concepção de “*estabelecidos*” refere-se basicamente a um grupo de indivíduos que se autopercebe e é reconhecido como a “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. Já os “*outsiders*”, por sua vez, são considerados os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os estabelecidos. A identidade social atribuída aos *outsiders* é a de um grupo, ou seja, possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo; desta maneira, os indivíduos passam a existir sempre no plural. Assim, na concepção de Elias, superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par “estabelecidos e *outsiders*” clarifica exemplarmente.

No caso do trabalho ora apresentado, tal comparação passa pela seguinte figuração: população urbana (estabelecidos) e assentados de reforma agrária (*outsiders*). Diferentemente da comunidade estudada por Elias, a população assentada é proveniente, na maioria dos casos, do próprio município onde se instalaram os projetos de assentamento. Quando não, a maior parte é de municípios vizinhos, ou seja, do próprio Estado do Espírito Santo. A importância da explicitação deste aspecto se dá porque, na percepção dos residentes urbanos, os assentados são vistos muitas vezes, assim como na figuração eliasiana, como forasteiros, pessoas que não possuem relações preestabelecidas com os municípios. Na realidade, essas pessoas são oriundas dos mesmos municípios, e o que os faz pertencer ao grupo de *outsiders* é o fato de estarem envolvidas numa contestação da estrutura determinada nos moldes dos estabelecidos. Mesmo quando a nova condição destes atores é vista como benéfica pela população urbana, os discursos apresentados trazem elementos fundamentados num estigma de viés depreciativo. Isso reforça a percepção de que no momento em que o indivíduo passa a ser beneficiário do programa de reforma agrária via desapropriação, novos papéis são atribuídos a ele pela população urbana, tais como desordeiros, invasores de terra e contraventores. Assim, ao se pensar todo o processo da implementação de um assentamento rural em um determinado município, percebe-se que a obra de Elias pode contribuir com a análise, já que os assentados vivem estigmatizados por todos os atributos associados a eles. Isso ocorre principalmente naquilo que o autor denominou de anomia, uma vez que os assentados de reforma agrária são vistos pela população urbana como indivíduos que não se inserem no grupo já estabelecido e são retratados, como no estudo de Elias, como “os de fora”, “pessoas de lá”. Os assentados são vistos como um grupo desarticulado de famílias, sem relação prévia com o município, ou seja, a população urbana atribui aos assentados uma marca depreciativa.

Assim como no estudo de Elias (2000), também pelos dados colhidos durante a pesquisa, percebe-se um equilíbrio instável de poder entre os dois grupos com tensões que são inerentes a esse tipo de relação, havendo evidentes distinções dos valores atribuídos à interação entre eles.

Métodos

As visitas de campo tiveram início em dezembro de 2008 e término em abril de 2009. Os trabalhos foram realizados em um total de doze assentamentos, localizados em sete municípios do sul do Espírito Santo (Alegre, Apiacá, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui, Muniz Freire e Viana). Para tanto, houve a divisão da pesquisa em dois momentos distintos: em primeiro lugar, seguindo a indicação dos próprios assentados, foram realizadas entrevistas com lideranças em todos os assentamentos pesquisados. Em segundo lugar, buscou-se a opinião da população urbana sobre os assentamentos. Deste modo, os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da elaboração deste trabalho podem ser divididos em diferentes etapas, descritas a seguir. A primeira etapa foi dedicada a entender aspectos internos dos projetos de assentamentos junto à população assentada. A importância desta fase foi o contato direto com os assentados, o que possibilitou percepções acerca da interação com o município onde estão inseridos tais projetos. Esta fase contou com visitas aos lotes familiares, entrevistas com as lideranças de cada projeto e participação em reuniões organizadas pelas associações existentes nos projetos. No que se refere à população urbana entrevistada, os assentados apontaram as instituições e os estabelecimentos com os quais interagem ou tinham envolvimento, bem como suas parcerias comerciais. Neste momento foi realizada a abordagem da população urbana por meio das prefeituras locais, sindicatos, prestadoras de assistência técnica e comércio.

Assentamentos de reforma agrária e a questão da estigmatização

Elias (2000) evidencia a importância de se analisar a questão da estigmatização como um aspecto fundamental, a fim de compreender a figuração “estabelecidos e *outsiders*”, sobretudo a que se dá em uma construção social, como é o caso da relação dos assentados de reforma agrária e da população urbana, analisada neste trabalho. Assim, na tentativa de melhor entendimento sobre o conceito, esse item buscará a contribuição de Goffman (1980) a respeito do termo, para então

estabelecer um diálogo entre os dois teóricos, já que se acredita haver estreita relação no que diz respeito à questão da estigmatização vista pelos autores.

Goffman (1980) analisa aspectos importantes da situação da pessoa estigmatizada, discorrendo sobre o estigma, a socialização dos estigmatizados, a manipulação da informação sobre o seu “defeito”, bem como as reações encontradas em situações de integração social.

Assim como Elias (2000), Goffman (1980) preocupa-se em analisar a questão dos “contatos mistos”, ou seja, o momento em que os estigmatizados e os normais estão na mesma situação social. Dessa maneira, pode-se dizer que ele estabelece a figuração “normal e estigmatizado”, enquanto Elias, em uma mesma lógica, trabalha a figuração “estabelecidos e *outsiders*”. Em ambos os casos, estão imbricadas das mesmas formas de estigmatização.

Na concepção de Goffman (1980), é a própria sociedade que estabelece os meios de categorizar as pessoas, bem como o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias sociais. Acrescenta-se ainda que, com base em algumas preconceções, são criadas expectativas normativas e exigências que deverão ser apresentadas rigorosamente através das categorias dos indivíduos, seus atributos e sua identidade social. Vale ressaltar que o desvirtuamento resulta no que Goffman (1980) classificou como estigma. Além disso, o autor acrescenta que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que foi criado para um determinado tipo de indivíduo ou classe de indivíduos.

A importância de se atentar à questão do estigma está centrada no fato de que nos argumentos de Elias (2000) a estigmatização é vista como um aspecto da relação entre estabelecidos e *outsiders*, associada a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido, refletindo e justificando a aversão e o preconceito que seus membros sentem perante os que compõem o grupo de *outsiders*. Assim, nessa concepção, “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desanimá-lo” (ELIAS, 2000, p. 24).

Percebe-se então que, tanto em Elias (2000) quanto em Goffman (1980), os diferentes papéis atribuídos socialmente têm relação com a forma como os indivíduos idealizam sua imagem, principalmente considerando a relação que aflora entre os pares. Assim, como os estabelecidos oferecem todo um discurso para o julgamento dos indivíduos denominados como *outsiders*, os ditos “normais” julgam os estigmatizados de acordo com seus valores de normalidade. Em ambos os casos, cria-se a expectativa sobre os indivíduos e espera-se um comportamento desmarcado e sancionado socialmente.

Outro aspecto relevante a ser considerado diz respeito à “*informação social*”, que se baseia em uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes. Para Goffman (1980), alguns signos que transmitem informação social podem ser acessíveis de forma frequente e regular, buscados e recebidos habitualmente, o que ele denomina símbolos. Observa-se, dessa maneira, que ao se estabelecer a figuração “estabelecidos” e “*outsiders*” não se pode negligenciar a influência da simbologia nos estereótipos criados. “A informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que os outros signos dizem sobre o indivíduo, complementando a imagem que temos dele de forma redundante e segura” (GOFFMAN, 1980, p. 53). A descrição dos símbolos e de como a simbologia pode ser utilizada parece fornecer um aparato teórico à concepção de Elias (2000) na construção da figuração “estabelecidos e *outsiders*”, já que é possível dizer que muitos dos estigmas estão intimamente ligados a significados simbólicos previamente atribuídos.

Nessa perspectiva, Goffman (1980) classifica os símbolos em três tipos, quais sejam: prestígio, estigma e desidentificadores. Essa classificação parece contribuir com os argumentos de Elias (2000) quando explana a respeito do símbolo de estigma, já que, segundo ele, esses símbolos “são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo” (GOFFMAN, 1980, p.53). Ao se atentar à figuração “estabelecidos e *outsiders*”, os signos e a imagem depreciativa são aparatos imputados aos *outsiders* que oferecem suporte aos

discursos sustentados, com intuito de uma atribuição anômica aos indivíduos desse grupo.

A noção de dádiva ou *dom* é outro conceito que merece ser resgatado neste trabalho para entender, em parte, os discursos apresentados pela população urbana. O fundamento dessa assertiva reside no fato de que a terra “recebida” via política de assentamentos passa a ser considerada por essa população como um *dom* que é ofertado aos assentados. É devido a essa percepção que a população urbana apresenta discursos com viés depreciativo, haja vista que nesta linha de raciocínio os assentados não sustentam de forma exemplar a retribuição ou merecimento que o vínculo da dádiva exige. Então a lógica estabelecida pela população urbana seria: O Incra “dá” a terra aos beneficiários, esses “recebem” a terra e “retribuem” o *dom* recebido. Assim, não existe por parte da população urbana a ideia de que os beneficiários do programa de assentamentos pagam, de fato, mesmo de forma facilitada, a terra direcionada a eles. Ou seja, o Incra não “dá” os lotes, essa percepção é falsa e produto da falta de informação sobre o processo de reforma agrária conduzida pelo órgão.

Nesse sentido, ao se pensar na dádiva, é necessário levar em

consideração conjuntamente as características do vínculo e sua relação como o que circula; devem inscrever o que é observado no ciclo “dar, receber, retribuir”, ficando entendido que dar e retribuir são muitas vezes uma única e mesma coisa, e que a palavra “retribuir” já exprime uma característica das relações entre as coisas que circulam (GODBOUT, 1999, p.35).

Na dádiva, não há garantia de retorno, mas provavelmente o retorno ocorrerá, com vistas a alimentar o vínculo entre as pessoas. Dessa forma, a dádiva não retribuída inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição

Na análise de Mauss (1999), o “dar – receber – retribuir” cria uma relação simétrica entre as pessoas e suas obrigações de reciprocidade. A obrigação de retribuir dentro de uma comunidade possui uma circularidade necessária para a manutenção equilibrada entre as

pessoas e entre elas e os bens trocados. Para Mauss (1999), a dádiva é o que nos une aos outros, sendo através dela que as esferas da vida social se organizam. Assim, a dádiva não está pautada só em dar, mas em receber e retribuir, por isso se cria um vínculo. É possível observar, dessa maneira, que está assentada no tripé dar-receber-retribuir. Nessa relação, o retribuir geralmente é maior, criando uma relação desigual, pois, como bem demonstra Godelier (2000), uma devolução não anula uma dívida, apenas cria outra, ou seja, todos sempre devem algo a alguém.

Desse modo, quando os assentados não se comportam de forma a sustentar esse tripé, ou seja, receber a terra e retribuir à sociedade, aqui representada pela população urbana, cria-se uma situação em que esses assentados são vistos como anômicos. A falta de congruidade desse círculo por parte dos assentados permite, na visão da população urbana, a inferiorização de quem aceitou a terra e não retribuiu nos parâmetros idealizados.

Elias (2000), ao esclarecer aspectos da figuração “estabelecidos e *outsiders*”, traz para o debate o conceito de anomia, calcado na concepção durkheimiana que será, em certa medida, resgatada neste estudo, somente com a finalidade de dar um maior suporte teórico à análise dos discursos da população urbana em relação aos assentamentos rurais. Via de regra, o estado de anomia faz referência às práticas da vida em sociedade, sendo, pois, um estado de desregramento, que na concepção de Elias (2000) traz um elemento de constância pela existência de uma “minoridade dos melhores” entre os estabelecidos e uma “minoridade dos piores” entre os *outsiders*, que marca um *status* de superioridade e de inferioridade, respectivamente, entre os grupos. Assim, entende-se a anomia como a causa social do desvio, do não reconhecimento da norma social por parte de um indivíduo em um mesmo contexto social. Como o próprio autor apresenta, na concepção de Durkheim, os fatores “nômicos” e de coesão grupal eram entendidos como fatores morais e sua ausência desenhava um quadro de anormalidade e de condenação moral. Ainda na opinião do autor, os grupos de recém-chegados (*outsiders*) são os que mais tendem a ser caracterizados por tal estado de desregramento. Ou seja, pode a

estigmatização imputada aos *outsiders* seguir a lógica da atribuição de anomia pelos estabelecidos a esse grupo.

Dessa forma, na dimensão vivida das relações “estabelecidos e *outsiders*”, a figura impetrada pelo grupo dominante ao grupo dominado é a do “outro”, do estrangeiro, definida por suas dessemelhanças. O outro, nesse sentido, é concebido como aquele que vem e se instala em um território pertencente ao grupo dos já estabelecidos. Como argumenta Landowski (2002):

O que dá forma à minha identidade própria não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade⁵ do outro, atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. Assim, quer a encaremos no plano da vivência individual ou – como será o caso aqui - da consciência coletiva, a emergência do sentimento de “identidade” parece passar necessariamente pela intermediação de uma “alteridade” a ser construída. (LANDOWSKI, 2002, p.4).

Nessa perspectiva, Landowski (2002) evidencia dois distintos discursos construídos pelo grupo dominante em relação ao grupo dominado: o discurso de assimilação e o da exclusão. No que diz respeito à assimilação, o discurso se dá a partir de um conhecimento daquilo que fundamenta a alteridade do dessemelhante. Já o discurso de exclusão procede de um gesto que tende à negação do outro como tal. Essa interação apresenta, portanto, como resultado duas atitudes: assimilar ou excluir determinado grupo. As duas atitudes correspondem à padronização e ingestão do “mesmo” e correlativamente à triagem e eliminação do “outro”. No âmbito das duas configurações, independentemente da estratégia adotada (exclusão ou assimilação, ou ainda as duas juntas), o grupo dominante coloca como objetivo manter um equilíbrio interno e preservar a homogeneidade em termos de seu

⁵ Alteridade é a concepção que parte do pressuposto básico de que todo homem social interage e interdepende de outros indivíduos. Alteridade é a não identidade.

modo de vida, ou do ponto de vista do *habitus*, ou seja, da sua própria identidade (LANDOWSKI, 2002).

As cidades vistas pelos assentados

Foi possível, a partir dos relatos, identificar conflitos existentes na configuração “assentamentos rurais e população urbana”. Pode-se dizer que no quadro geral de opinião das lideranças dos assentamentos, o grupo estabelecido população urbana percebe o grupo *outsider* assentados como um grupo que vem atrapalhar a ordem existente no local, como mostram os relatos de dois entrevistados:

... logo que nós viemos pra cá, o prefeito chegou até falar que nós é ladrão de terra.. não podia receber nós não... as coisas foi mudando... esse era latifundiário...hoje o prefeito é filho de lavrador ... (PA Taliuly, Guaçui, ES, 2009)

Tem gente aí de fora que fala. que o assentamento tem muito vagabundo. (PA Floresta, Alegre, ES, 2009)

Estes depoimentos estão em sintonia com os argumentos de Elias, quando este afirma que o afluxo dos “recém-chegados” é sentido como uma ameaça ao estilo de vida dos estabelecidos, pois, ainda que os assentados tenham laços preestabelecidos com a população urbana local, no momento em que se tornam beneficiários do programa de reforma agrária são distinguidos com elementos estigmatizadores e novas configurações são dadas a estes atores.

Elias acrescenta que “quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos de normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor” (ELIAS, 2000,p.28). Esse argumento da teoria eliasiana fica claro na medida em que os assentados demonstram desconforto sobre a identidade sem-terra construída pelo longo processo de luta pela terra. Os relatos dos assentados apresentados a seguir ilustram esta situação:

Não se fala assentado ... usa-se falar sem-terra ... e nós somos assentados ... então nós não somos sem-terra...aí existe essa palavra sem-terra..aí vem o preconceito..mas nós somos assentados mas nós não somos sem-terra ... nós temos terra ... (Assentado PA Paraíso, Alegre, ES, 2009).

Dentro daquilo que a gente mostra que a gente tá trabalhando você passa né ter influência sim porque você passa a ser recebido de maneira como já produtor, não assentado né antes a discriminação né um grupo de sem - terra.... hoje não.. por exemplo ..esse ano tenho a estimativa de colheita 350 a 400 saco de café..lá na rua eles já não me vê como um assentado..um sem-terra..já me vê como um pequeno produtor rural..tenho o meu talão..meu produto.compro no talão.. então quer dizer isso faça com que ...melhora minha relação com o prefeito..com a câmara quando eu preciso... né...a maioria das vezes que vou precisar é em nome da comunidade né..... e no comércio influencia sim..porque eu tô produzindo ..tô comparando..tô investindo né...tem aquela demanda de vez em quando a pessoa procura a gente...me procura...oh..Geraldo pessoal aí que tá bem ..tá produzindo encaminha lá pra minha loja ...até então o cara que nem queria receber a gente..hoje já pede....fulano que é bom pra pagar manda pra mim. (Assentado PA Taliuly, Guaçui, ES, 2009)

Os relatos apresentados demonstram que os assentados tentam se firmar pelo discurso e sair da posição de *outsiders* cristalizada por meio do estigma social dos estabelecidos a população urbana. Na concepção dos assentados, parece que eles somente alcançariam a aprovação dos estabelecidos se deixassem a condição de sem-terra, o que pode ser percebido pelas opiniões apresentadas pelos entrevistados de que a população urbana tem uma imagem já arraigada dos “sem-terra” como pessoas “contraventoras” da ordem social.

Essa imagem muda um pouco, mas de maneira lenta, quando membros da população urbana passam a conviver com os assentados. No caso do segundo depoimento anteriormente apresentado, o fato de serem considerados produtores rurais e não apenas assentados lhes atribui certo *status* e faz com que sejam vistos pela população urbana de maneira diferenciada, ainda que numa categoria considerada muitas vezes inferior - a população rural.

Na concepção eliasiana, “o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desanimá-lo” (ELIAS, 2000, p.24).

... muitas vezes o assentado ele mesmo classifica ele como infeliz... se ele falar assim...o governo me assentou...me deu dois pedacinhos de terra ou dois alqueires de terra..não importa..eu tenho que produzir e mostrar que sou capaz...se eu fizer isso e todos fizerem...o município só tem a ganhar..mas se a gente fizer organizado...às vezes a gente peca e sofre muito no assentamento porque as pessoas não organiza... em termo pra cobrar ... (Assentado PA Taliuly, Guaçui, ES, 2009)

Acontecimento semelhante ao descrito por Elias é percebido no relato acima, quando o entrevistado afirma que muitos assentados se classificam como infelizes. Esse discurso parece estar baseado em uma imagem incorporada e justificada numa construção social que o assentado reconhece no grupo estabelecido. Vale ressaltar que, neste caso, os estigmas atribuídos não necessariamente os enfraquecem, mas acabam penetrando em suas concepções, fazendo com que os assentados, em certa medida, aceitem os discursos elaborados pela população urbana. Esses argumentos são validados também na concepção de Goffman (1980), quando o autor discute a questão da identidade pessoal e social. Pode-se dizer, nesta perspectiva, que os indivíduos incorporam as noções que os “outros” lhes atribuem. Contudo, o autor aponta a possibilidade de uma reação a essas noções preconcebidas, ao assumir que a identidade é um processo em construção e pressupõe negociações com o mundo externo. Assim, “marcas positivas ou apoio de identidade são a combinação única de itens da história de vida que são

incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para sua identidade” (GOFFMAN, 1980, p. 67). Desta forma, a identidade pessoal e social está relacionada com a pressuposição de que o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, cria-se uma história contínua e única de fatos sociais. A identidade pessoal pode desempenhar um papel estruturado, rotineiro e padronizado, na organização social. Ou seja, trata-se dos tipos de repertórios de papéis ou perfis que se considera que qualquer indivíduo possa sustentar. Utiliza-se então de um conjunto de marcas para diferenciar a pessoa marcada dos outros indivíduos, sendo estas marcas bastante padronizadas. As colocações de Goffman (1980) são claramente observadas no relato apresentado, que indica a busca do assentado em se contrapor às marcas que lhe são atribuídas.

Ao serem questionados a respeito do relacionamento com as instituições e o comércio local e como, em sua concepção, o fato de haver assentamentos naquele município poderia influenciar nas práticas destas instituições, os assentados parecem carregar em seu discurso o conflito que existe na relação entre estabelecidos e *outsiders*, haja vista que os argumentos apresentados apontam elementos que, na visão dos assentados, advêm de sua posição de beneficiários do programa de reforma agrária.

Os entrevistados representantes da população assentada reforçam em seu discurso pressões no sentido de reduzir os diferenciais que os colocam como *outsiders*, ressaltando elementos de uma autoimagem positiva à condição de assentado. Desta forma, os discursos construídos pela população assentada reforçam a tentativa de sair da posição de *outsiders*:

Eu acredito que na questão social né ... quando forma assentamento resgata muitas pessoas... que não se dava com nadavai para o acampamento... forma os assentamentos...a pessoa muda o modo de vida da pessoa né... ele deixa de ser escravo lá fora....empregado.. escravo e vem trabalhar pra si próprio, dono do seu próprio nariz...apesar que dentro do assentamento ainda tem que não perdeu o costume de trabalhar pro pessoal lá fora..não perdeu esses

costume...às vezes deixa de trabalhar dentro do lote...mas acredito que é uma mudança social em relação ao pessoal que tá lá na cidade, nas favelas vem e tá desenvolvendo né.....é sonho de todos e o sonho vira realidade..... deixar de estar sofrendo ...ter a terra..a liberdade. Se o pessoal fizer uma pesquisa na cidade...muitas pessoas que tá lá que foi da roça... trabalhava na roça de empregado acabou indo pra cidade..não aguenta exploração...foi embora não aguenta ... lá na cidade é mesma coisa não acha serviço....os filhos vira marginal... (Assentado PA Teixeira, Apiacá, ES, 2009)

Vimos pra cá com a cara e coragem...hoje..muitos aqui...tá produzindo.... tá conseguindo viver daqui de dentro sem trabalhar pra ninguém ..trabalha só pra ele... tem várias pessoas que melhorou a sua qualidade de vida....melhorou sua alimentação....alimentava mal....quando você consegue colher aqui dentro café... milho...feijão você compra coisas que antes não comprava... (Assentado PA Taliuly, Guaçui, ES, 2009)

Ajudaria na parte de tirar a pessoa do fazendeiro... porque oh é sofrido....essa parte muda..vai tomar conta do dele...pra mim....foi bom... (Assentado PA Floresta, Alegre, ES, 2009)

Observa-se que, na visão dos entrevistados, a partir do momento em que estes se tornam assentados, há o resgate de um modo de vida, perdido ao longo de todo o processo histórico que caracteriza a questão agrária brasileira. Esses argumentos representam um contradiscurso aos estigmas atribuídos pela sociedade, aqui representada pela população urbana. Mas, como Elias (2000) assinala, o equilíbrio de poder entre “*outsiders* e estabelecidos” só aconteceria na dependência do vínculo duplo que raríssimas vezes acontece na figuração assentados e população urbana.

O olhar urbano sobre o novo mundo dos assentamentos

Assim como ilustrado por Elias (2000), pode-se dizer que a estigmatização dos assentados pela população urbana segue a lógica da atribuição que o teórico aponta como sendo uma anomia⁶. Ou seja, consideram como defeitos grupais aquilo que é decorrente da situação dos assentados, imposta e reproduzida pela população urbana dos municípios onde estes se inserem. Pode-se então dizer que o primeiro modo de estigmatização é o processo de acesso à terra, principalmente no que diz respeito à percepção urbana. Nesta perspectiva, a maioria dos assentamentos seria formada por pessoas que não têm o perfil de trabalhador rural, idealizado pela população urbana. Passa ainda pelo imaginário desta população que uma grande parte dos beneficiários tem apenas o objetivo de vender a terra e que o critério de escolha das famílias se dá de forma incorreta, segundo o que pensam ser o ideal na constituição dos assentamentos rurais, como ilustram os relatos a seguir.

Eu até concordo com a criação, mas a seleção de assentados que às vezes...na nossa região aqui ela é meio...não sei se é só aqui, né?...tipo, a pessoa sai da rua pra ir lá ganhar terra, aí depois tenta vender muitas vezes, muitas vezes nem é trabalhador rural que vai pra lá. Entendeu? Tem assentado que nem daqui é, que num conhece nada daqui, né? Sai de lá num sei da onde e vem pra cá e muitas vezes nem trabalhador rural na verdade, ele é um... Só ganha a terra e fica aí à toa, num produz. Entendeu?E aí na realidade num traz benefício nenhum para o município, só despesa né? Porque o município tem que

⁶ Via de regra, o estado de anomia faz referência às práticas da vida em sociedade, é pois, um estado de desregramento, que na concepção de Elias (2000) traz um elemento de constância pela existência de uma “minorias dos melhores” entre os estabelecidos e uma “minorias dos piores” entre os *outsiders*, que marca um *status* de superioridade e de inferioridade, respectivamente, entre os grupos. Assim, entende-se a anomia como a causa social do desvio, do não reconhecimento da norma social por parte de um indivíduo num mesmo contexto social.

fazer a parte dele. (Assessor técnico do Núcleo de Atendimento ao Consumidor, Apiacá, ES 2009)

Olha, eu acho uma boa ideia mas desde que seja uma coisa organizada, uma fiscalização certinho assim, porque estes assentamentos mesmo que teve aqui eu na minha opinião acho que teve muita bagunça. Agora que eles estão começando a se acertar. Porque teve gente ali que não tinha interesse nenhum, de ter a terra para cuidar Teve gente que teve mais visão, alguns, né, de negócio. Hoje que eles estão andando pra cima disso porque soube aí que as coisas tavam muito bagunçadas andaram pra cima e conseguiram melhorar isso aí agora. Portanto tem tanta família lá que tá irregular, tanto que são cento e oitenta e poucos assentados, portanto deve ter uns setenta, oitenta regular portanto até no financiamento que nos abrimos aqui atende 56 famílias. (Gerente de loja de materiais de construção, Guaçuí, ES, 2009)

Para falar verdade o que acontece é o seguinte é... é eu acharia que o governo deveria ter mais fiscalização em cima disso aí, porque pelo que a gente tá vendo aí, a gente até chama o pessoal aí de pardal, que só vive na cidade, mais é um incentivo a mais né, agora eu só não concordo com o trabalho que é feito, o devido trabalho que teria ser feito na terra né, que eu acho que só dá a terra, dar suporte, mas não ter uma fiscalização do que está sendo feito realmente. Geralmente a pessoa que quer terra quer plantar, e assim sobreviver e não é isso que a gente vê aí não. (Gerente de loja Agropecuária, Viana, ES, 2009)

Do mesmo modo, a mobilidade migratória também ressaltada na obra de Elias (2000) como um fator que os estabelecidos utilizam para justificar sua desaprovação aos “recém-chegados”, mais precisamente o tipo de mobilidade social, é também observada na dinâmica de formação dos assentamentos rurais no sul do Espírito Santo. Esse é um fator de

incômodo, já que se tem a visão de que os assentados não têm “raízes”, nem se sabe ao certo de onde vêm ou ainda se vão permanecer no município. Nos relatos a seguir fica evidenciado o incômodo apresentado pelos entrevistados ao desconhecerem a origem de algumas famílias presentes nos assentamentos.

Os pontos negativos eu acho que é na escolha das famílias porque tem muitas famílias que não têm o perfil de trabalhadores rurais. Eles não sabem plantar, não sabem trabalhar em cima do que é deles...Eu vejo isso, eu acho que...Algumas famílias que vão pro assentamento e não têm o perfil. (Secretaria da Agricultura, Muniz Freire, ES, 2009)

... tem pessoas que não têm muito conhecido e quase tempo nenhum de município aqui e se instalou no município e fica querendo, às vezes uma condição que o município não pode dar. Entendeu? Aí fica com críticas Muitas vezes esses produtores ficam aqui..quase todo dia vem aqui pedir e...reclamação em si. (Assessor técnico do Núcleo de Atendimento ao Consumidor, Apiacá , ES, 2009)

Essas assertivas parecem ir ao encontro do que Elias (2000) esclarece “... a anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes ser feita, repetidamente, constata-se que os *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecidos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros” (ELIAS, 2000, p.27) . É possível acrescentar que, no caso dos relatos acima, os *outsiders* assentados são vistos coletivamente e individualmente como anômicos. Assim, foi visível durante a pesquisa que, mesmo nos assentamentos em que sua conformação era realizada basicamente por pessoas do próprio município, a obtenção de terra via política de assentamentos as colocava como *outsiders*. Ou seja, a partir do momento em que essas pessoas iam para o assentamento, era atribuída a elas a identidade de sem-terra, com todos os atributos que a população urbana assimila como próprios destes.

O segundo modo de estigmatizar, na concepção de Elias (2000), é atribuir características definidoras do outro. No caso deste estudo, as características que a população urbana atribui como definidoras dos

assentados são: a venda da terra, a desorganização interna nos assentamentos, a não utilização correta da terra, a má intenção dos indivíduos ao ingressar como beneficiários da reforma agrária. Esta última característica é justificada pelo fato de a população urbana acreditar que a terra é dada aos beneficiários e por isso os assentados têm de fazer por merecer os benefícios oferecidos.

Por último, na concepção eliasiana é enfatizada a necessidade de o grupo estabelecido criar uma marca, um estigma, para que assim se possa demarcar os *outsiders*, também com o objetivo de manter o caráter fantasioso a respeito desse grupo. O autor esclarece que: “Dentre os aspectos mais reveladores da estratégia dos grupos estabelecidos figura a imputação ao *outsiders*, como motivo de censura, de algumas de suas próprias atitudes usuais, as quais, no caso deles, frequentemente, são motivo de louvor” (ELIAS, 2000, p.45).

Os discursos da população urbana a seguir, parecem exemplificar as questões elencadas por Elias (2000):

Não sei se acho certo, eles invadem a terra. A terra é de alguém. (Vendedora de loja de Eletrodomésticos, Muqui, ES, 2008).

Acho o seguinte, eu não sou de acordo de tirar uma terra que levou muito tempo para se comprar. (Representante da Igreja Assembléia de Deus, Ministério Canaã, Muqui, ES, 2008).

Tem uns assentados que vêm de fora, aí do MST que dá tristeza mexer com eles, que só mais a terra mesmo e os recursos do Pronaf e acabar devendo mesmo quer pagar nada não é complicado. (Empresa particular de assistência técnica, Agrosul, Mimoso do Sul, 2009).

Por outro lado, as atitudes tidas como negativas pelos estabelecidos neste caso, a invasão de terras para o grupo *outsider* são, geralmente, motivo de orgulho, sobretudo se desta ocupação resultam a desapropriação e a fixação das famílias na terra.

Todos os fragmentos apresentados dos discursos da população urbana a respeito dos assentamentos rurais vão ao encontro dos modos de estigmatização, conforme Elias (2000) apregoa. Ou seja, consideram a própria situação dos beneficiários como defeitos grupais, atribuindo-lhes características definidoras, enfatizando os hábitos deficientes e, principalmente, colocando-os como não pertencentes à ordem social daquele município.

Desta forma, o equilíbrio de poder econômico, social e político das famílias assentadas poderia ser um fator de eliminação/amenização das desigualdades de forças, que advêm de uma estigmatização social e grupal de como estes são percebidos pela população urbana.

Conclusões

Pode-se dizer que a produção dos discursos, em ambos os grupos, representa uma acomodação simbólica que se processa após um desequilíbrio social momentâneo. As expectativas geradas entre estabelecidos e *outsiders*, retomando Goffman, indicam que os interesses econômicos de benefício mútuo entre os dois grupos podem atuar como motor dessa acomodação simbólica, à medida que os municípios ganham com o desenvolvimento dos assentamentos e que os assentados, por sua vez, ganham com o desenvolvimento dos municípios, numa relação de mão dupla.

Quando consideramos os discursos apresentados pela população urbana, que os veria como pessoas contestadoras da ordem social e propensas ao conflito, tal argumentação está em sintonia com a análise de Elias, quando este diz que o afluxo dos “recém-chegados” é sentido como uma ameaça ao estilo de vida dos estabelecidos, a população local. Os assentados demonstram certo desconforto, no contexto urbano, com a identidade sem-terra construída pelo longo processo de organização e luta pela reforma agrária. Os relatos apresentados demonstram que os assentados tentam se firmar e sair da posição de *outsiders*, ressaltando elementos de uma autoimagem positiva à condição de sem-terra. Na visão da população urbana, a maioria dos assentamentos é formada por

pessoas que não têm o perfil de trabalhador rural, idealizado por esta população, argumentando que grande parte dos beneficiários tem apenas o objetivo de vender a terra e que os critérios de escolha das famílias são falhos e comprometem a qualidade dos projetos. Do mesmo modo, a dinâmica migratória no município foi um elemento de que a população urbana se utilizou para justificar sua desaprovação aos “recém-chegados”, mais precisamente o tipo de mobilidade social e demográfica observado no processo de formação dos assentamentos rurais.

Percebeu-se que, na concepção dos assentados, a condição de “sem-terra” dificulta sua aprovação social por parte da sociedade. Entretanto, foi apresentado pela população urbana um contradiscurso ao viés negativo que esta atribui aos assentados. Os pontos positivos elencados são de que a criação de assentamentos propicia a fixação do homem no campo e a produção dos assentados é componente importante para o aumento do fornecimento de alimentos aos municípios e para o crescimento da sua população rural. O discurso positivo apresentado pelos representantes dessa população só acontece quando retira os beneficiários do programa de reforma agrária da condição de sem-terra e os realoca na categoria de produtores rurais. Somente assim, os fatores positivos emergem nos discursos oferecidos.

Referências bibliográficas

DURKHEIM, E. **O suicídio**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural. 1978 (Coleção Os pensadores).

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

GODBOUT, J., CAILLÉ, A. O espírito da dádiva. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1980.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro**. Trad. Mary Amazonas; revisão A. C. de Oliveira e E. Landowski. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MAUSS, M. (1999). **O ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70. (Caps. I: As dádivas trocadas e a obrigação de as retribuir; II “Extensão deste sistema” e “Conclusão”).

Artigo recebido para publicação em:

07 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação em:

17 de novembro de 2011.

Como citar este artigo:

MOURA, Roseni Aparecida de; FERREIRA NETO, José Ambrósio; DOULA, Sheila Maria; LANI, João Luiz. “Imagem de nós”: relações de estabelecidos e *outsiders* entre a população urbana e os assentados de reforma agrária do sul do Espírito Santo. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 66 - 88, 2012.